

## LOUCURA E GÊNERO: O QUE TEM A VER?

*Amanda Bortoluzo<sup>1</sup>*

*Azure Flora<sup>2</sup>*

*Amana Rocha Matto<sup>3</sup>*

### RESUMO

Este estudo analisa a construção social da noção de “loucura” em mulheres (cis e trans) e nãoobinárias, corpos dissidentes da cisheteronorma, destacando como as práticas colonizadoras e estruturas sociais contribuíram para essa construção subalterna. O objetivo principal é explorar como a patologização da “loucura feminina” está enraizada em sistemas de poder cisheteropatriarcais e racistas – os mesmos que colonizaram o território da América Latina de Lélia Gonzales. A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa e documental, com referências bibliográficas de autoras como Carla Akotirene, Maria Aparecida Silva Bento e Maria Clementina Pereira Cunha, que abordam temas relacionados a feminismo, branquitude e desconstrução de estigmas ligados a corpos femininos e construção da loucura em corpos específicos. Os resultados apontam para a importância de considerar a interseccionalidade ao analisar a “loucura feminina”, reconhecendo que vários marcadores como raça, classe, gênero e orientação sexual, se sobrepõem e impactam as experiências de exclusão e estigmatização em relação à loucura. A pesquisa destaca que a marginalização de mulheres negras, migrantes, pobres e LGBTQIAPN+ persiste na sociedade, tanto historicamente quanto nos dias atuais. Além disso, o estudo enfatiza a necessidade de uma abordagem interseccional para compreender as diversas manifestações de opressão e como elas estão relacionadas ao sofrimento psicológico e à saúde mental das pessoas. Isso inclui questionar as estruturas de poder que perpetuam a “loucura feminina” e reconhecer a importância de ouvir as vozes das pessoas oprimidas ao buscar uma compreensão mais profunda desse fenômeno.

**Palavras-chave:** Loucura, Feminino, Gênero, Despatologização, Cisheteronorma.

1 Mestranda do Curso de Psicologia Social da Universidade Estado do Rio de Janeiro – RJ, [@mandabcar@gmail.com](mailto:@mandabcar@gmail.com)

2 Mestrando do Curso de Educação Comunicação e Cultura em Periferias da Universidade Estado do Rio de Janeiro – RJ, [floraif@hotmail.com](mailto:floraif@hotmail.com)

3 Amana Mattos, Doutora em Psicologia, da Universidade Estado do Rio de Janeiro - RJ

## INTRODUÇÃO

Diversas minorias recorrentemente foram delimitadas e construídas à sua forma em cada sociedade, apesar de carregarem em si ideais transpassados por gerações do que era preciso para ser excluído de seu meio social. Analisando através desta perspectiva excludente, a história das mulheres pelo mundo, bem como pela América Latina, é uma área científica que suscita o interesse daqueles que investigam as temáticas de direitos de gênero e, mais adentro nesse viés, podemos analisar a “loucura” feminina como uma construção social e importante fator de exclusão. A “loucura”, ou seja, os comportamentos atípicos femininos ditos como perturbações mentais, nada mais é do que um indicador de conturbação da ordem social e por consequência, motivo de exclusão e reclusão de certos corpos do espaço dito público, algo que é amplamente legitimado pela classe médica (CUNHA, 1989). A ideia é de analisar os efeitos contemporâneos dessa opressão, relacionando-a ao fato de ter-se estabelecido o masculino como norma positiva. Como corpos lidos “não-loucos”, é importante que olhemos o passado em paralelo com o agora para entender qual é essa “loucura” feminina e de onde ela vem, para além do olhar medicalocêntrico (CUNHA, 1989).

Informações coletadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na década de 2000 indicam que nos transtornos mentais comuns, caracterizados por sintomas de depressão e ansiedade, tanto em nações desenvolvidas quanto em países em desenvolvimento, as mulheres têm uma probabilidade quase duas vezes maior de desenvolver depressão em comparação aos homens. E o porquê disso? Tradicionalmente, em diferentes povos, as mulheres foram frequentemente estigmatizadas e patologizadas por comportamentos que não se alinhavam com as normas sociais de gênero em sua época, levando a diagnósticos de “histeria” e outras categorias que muitas vezes refletiam preconceitos de gênero e poder. Pesquisas nessa área frequentemente exploram como as construções sociais de gênero influenciam a percepção da saúde mental e da “loucura” em mulheres. Isso inclui análises sobre de que modo os sintomas são interpretados, como os diagnósticos são formulados e de que maneira as mulheres são tratadas em contextos psiquiátricos do momento passado – e o que vivemos hoje, no Brasil. Mais do que consequência de um corpo desregulado, o sofrimento psíquico seria compreendido enquanto resultado de condições e papéis sociais de relações de gênero e da pressão disso sobre o sujeito. Não se é louca por ser mulher, mas por toda exigência preestabelecida do que a construção sobre o corpo feminino deveria representar. E isso se estende não só para os corpos cis. A construção do que é,

e o que se pode ser, sendo mulher, é o que estrutura a construção da loucura nos corpos femininos.

Marcinik e Mattos (2016) nos convocam a pensar a partir do conceito da interseccionalidade, ou seja, a desconstrução de uma perspectiva universalizante da(s) mulher(es) e das características que são produzidas por concepções dominantes. Deve-se ampliar e compreender a racialização do gênero por meio da interseccionalidade das diferenças e compreender o impacto das diversas violências e exclusões sociais que as questões étnico-raciais produzem. No contexto da saúde mental, deve-se ampliar o debate das questões de gênero, raça e classe, que são pouco problematizadas e reproduzem formas de opressões, que reforçam a invisibilidade que essas mulheres vivenciam pelo estigma que carregam enquanto “loucas”.

## METODOLOGIA

O presente projeto é uma pesquisa documental de natureza qualitativa, utilizando-se de referencial bibliográfico com base em estudos de Carla Akotirene, Maria Aparecida Silva Bento, que falam sobre feminismos, branquitude e interseccionalidade; Maria Clementina Pereira Cunha e outras autoras falam sobre a desconstrução dos estigmas colocados em corpos femininos, por isso estarão na pesquisa também; Assim como artigos escritos acerca das relações entre a condição feminina, loucura e a psiquiatria. Em uma primeira fase serão consultadas obras disponíveis nas bases de dados de revistas científicas (SciELO, BIREME, MedLine, e outras), além de livros, tendo como palavras chaves: feminino, loucura, doença. Para ajudar a explicar o significado que as próprias mulheres atribuem à sua própria saúde mental e a várias formas de sofrimento psicológico, os resultados da pesquisa qualitativa serão empregados para aumentar os da segunda parte da pesquisa, onde serão feitas algumas entrevistas.

A atenção dada pela psicologia às temáticas de gênero e sexualidade nos estudos dos indivíduos e de seus processos é constantemente atravessada por uma perspectiva cisheteronormativa, ou seja, uma perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição de anormalidade, produzindo a abjeção e ocultamento de experiências transgressoras e subalternas. Essa perspectiva cisheteronormativa da psicologia produz descrições universalizantes dos processos tidos como naturais e a patologização

da diferença, ao tratá-la como casos desviantes da norma (MATTOS, CIDADE, 2016, p.134). Este projeto tem como finalidade, portanto, o de tecer uma análise para que construamos juntas um novo olhar sobre a tal “loucura feminina” e a problemática adjunta dessa patologização, por um outro caminho. Assim, observa-se uma lógica fluida e evolutiva, que não é estática nem predeterminada, mas sim dinâmica e em constante mudança. Um olhar mais crítico para o que são determinantes sociais que afetam a saúde mental das pessoas, como violência, discriminação, pobreza, exclusão, isolamento, insegurança no trabalho ou desemprego, falta de acesso à moradia, redes de segurança social e serviços de saúde. Segmentos simples da saúde que são muitas vezes esquecidos, pouco valorizados ou excluídos. Torna-se imperativo considerar as características individuais e a formação das identidades dos sujeitos, ao mesmo tempo em que analisamos a criação dos fatores que geram exclusão e invisibilidade nesses contextos (MATTOS; XAVIER, 2016).

## REFERENCIAL TEÓRICO

Aqui nós estendemos para: E OS CORPOS FEMINILIZADOS NA AMÉRICA LATINA, COMO ENTRAM EM INSTITUIÇÕES ASILARES E MANICOMIAIS AINDA HOJE? E a resposta é simples: contra sua vontade e sem aviso prévio. Bem como as mulheres europeias no séc XX. Aqui está o que aconteceu: de repente, inesperadamente, uma mulher perfeitamente sã pode ser presa por um xerife; removida de sua cama ao amanhecer, ou “sequestrada legalmente” nas ruas, em plena luz do dia. Por que isso aconteceu, e segue acontecendo? Por conta do patriarcado (CHESLER, 1972, pg 91-94). Não à toa, as mulheres internadas psiquiatricamente temiam, corretamente, que pudessem enlouquecer pela brutalidade do próprio asilo e pela falta de direitos legais como prisioneiras e, principalmente, como mulheres.

Ao longo de séculos a educação e a cultura da mulher fora formatada para ser submissa e obediente à figura masculina. Esse é um valor civilizacional e colonizado que se foi perpetuando ao longo de milênios marginalizando a personalidade das mulheres conforme o tempo passava. A tradição e o conservadorismo, segundo Chesler, ensinaram à mulher a acatar passivamente e sem questionamentos ou rebeldia as regras do patriarcado. Anulou-se assim uma existência enquanto ser humano, delegando ao homem a autoridade mór para que este decidisse a vida por si mesmo.

Para analisar a relação construída entre loucura, psiquiatria e o feminino na Amefricanidade Latina, a obra *Women and Madness* (algo como “A Mulher e a

Loucura”, em tradução livre - não há ainda tradução em português) da psicóloga, escritora e professora emérita de psicologia Phyllis Chesler, nos traz certas constatações. Neste livro, trabalhando sobre a loucura desde muito cedo colocada nos corpos feminilizados, a autora aborda a biografia de quatro mulheres que foram internadas no início do século XX, analisando as relações entre a loucura, psiquiatria e o feminino, articulando também com outras referências bibliográficas sobre a construção social das mulheres que paira no imaginário coletivo como exageradas, excessivas, histéricas, desvairadas, desviadas, alucinadas e enfim: loucas! Entende-se aqui que componentes como marcador de raça ou classe facilitam a marginalização e a institucionalização precoce, resultando na manicomialização. A mulher pobre e negra carrega o sofrimento e a estigmatização desde o passado colonial até os dias atuais. As inúmeras discriminações de gênero, raça e classe se refletem diretamente nas representações em relação ao “ser mulher negra”, seja em relação ao seu corpo enquanto objeto sexual, ou ao trabalho doméstico como seu destino natural, o que favorece a institucionalização precoce desde a infância, o que inclui a manicomialização.

Para Santos (2009), ser mulher e negra no Brasil significa estar inserida em um ciclo de marginalização e de discriminação social. “Em 1º de janeiro de 2016, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável - adotados pelos líderes mundiais em setembro de 2015 em uma histórica Cúpula da ONU - entraram oficialmente em vigor. Nos próximos quinze anos, com esses novos Objetivos que se apliquem universalmente a todos, os países mobilizarão esforços para acabar com todas as formas de pobreza, combater as desigualdades e enfrentar as mudanças climáticas, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

Os ODS, também conhecidos como Objetivos Globais, baseiam-se no sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e visam ir além para acabar com todas as formas de pobreza. Os novos Objetivos são únicos porque exigem ação de todos os países, pobres, ricos e de renda média, para promover a prosperidade e, ao mesmo tempo, proteger o planeta. Eles reconhecem que acabar com a pobreza deve andar de mãos dadas com estratégias que construam o crescimento econômico e atendam a uma série de necessidades sociais, incluindo educação, saúde, proteção social e oportunidades de emprego, ao mesmo tempo em que combatem as mudanças climáticas e a proteção ambiental.

Embora os ODS não sejam juridicamente vinculativos, espera-se que os governos se apropriem e estabeleçam estruturas nacionais para o alcance dos 17 Objetivos. Os países têm a responsabilidade primária pelo acompanhamento e revisão do progresso feito na implementação dos Objetivos, o que exigirá coleta de

dados de qualidade, acessível e oportuna. O acompanhamento e revisão regional serão baseados em análises de nível nacional e contribuirão para o acompanhamento e revisão em nível global.”

Thamy Ayouch é um acadêmico(e) cujos trabalhos se destacam na interseção das áreas de hibridismo de identidade de gênero e psicologia social, muitas vezes inspirado(e) pelas ideias do filósofo Gilles Deleuze.

Em seus estudos, Ayouch explora a complexidade da identidade de gênero, rejeitando abordagens binárias tradicionais. Argumentando que as identidades de gênero são fluidas e moldadas por múltiplos fatores, incluindo experiências pessoais, sociais e culturais – pense a realidade de cada povo. Inspirado pelo pensamento de Deleuze, ele examina como os conceitos de multiplicidade e diferenciação podem ser aplicados ao entendimento das identidades de gênero.

Ayouch também aborda a noção de hibridização identitária, explorando como as pessoas podem incorporar elementos de múltiplas identidades de gênero em suas próprias experiências. Desafia a visão estritamente binária da identidade de gênero e argumenta que as identidades de gênero podem ser intercaladas e sobrepostas.

Na área da psicologia social, Ayouch utiliza as ideias de Deleuze para analisar como as normas sociais e os discursos de poder afetam a construção das identidades de gênero, ao examinar como as instituições sociais, como a família, a escola e os meios de comunicação, moldam as percepções e expectativas de gênero. De forma a desafiar as fronteiras tradicionais da identidade de gênero, explorando conceitos de hibridização e multiplicidade. Seus estudos intercalam ideias de como as identidades de gênero são construídas e influenciadas pela psicologia social. Seu trabalho contribui para um entendimento mais aberto e inclusivo das experiências de gênero na sociedade contemporânea. Pensando através dele e a femmefobia, a rejeição às características femininas, é um fenômeno que já foi abordado em artigos acadêmicos, com relevância na área da psicologia social. Um exemplo disso é um estudo publicado no *Journal of Homosexuality* que argumenta que “homens gays femininos são alvo de crenças discriminatórias...”

A femmefobia é um tópico relevante para a psicologia social, pois examina as atitudes e preconceitos em relação a pessoas que expressam características tradicionalmente associadas ao feminino. É importante reconhecer e entender esse fenômeno, pois ele desafia normas de gênero e tem implicações significativas para a saúde mental e o bem-estar das pessoas afetadas.

Judith Butler defende que as identidades são construídas discursivamente através da dimensão performativa da linguagem. Ela enfatiza a importância de considerar as interseções entre gênero, raça e classe. Butler busca desnaturalizar

e desconstruir o conceito de gênero, combatendo visões essencialistas, e propõe a noção de performatividade de gênero, onde as normas que regulam o gênero podem ser questionadas, transformadas e subvertidas. A identidade, segundo ela, não deve ser essencial ou fixa, mas sim mantida em constante abertura, como um espaço de debate político. Isso implica uma desconstrução do conceito de identidade, mas não significa a desconstrução da política.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além de servir como meio para destacar as discrepâncias nas razões impostas pela Europa, a psicanálise pode ser uma ferramenta valiosa para lembrar a história dessas disparidades e da violenta imposição do domínio europeu. É fundamental compreender que a colonialidade é uma narrativa histórica e, portanto, não deve ser abordada de maneira desvinculada da história, nem esquecida ou simplificada, como frequentemente acontece na psicologia convencional.

Em vez disso, a abordagem adequada para tratar questões coloniais requer uma perspectiva semelhante à da psicanálise: uma abordagem profundamente enraizada na história, que busca resgatar a memória das violências que moldaram nossa identidade. Conforme enfatizado por Ignacio Martín-Baró, “precisamos da memória, uma memória histórica perspicaz, para compreender todas as barreiras, opressões e repressões que nosso povo enfrentou”. Cultivar essa memória da colonialidade é essencial em qualquer esforço de resistência anticolonial, e a psicanálise pode ser uma ferramenta eficaz para esse propósito.

Como corpos lidos “não-loucos”, é importante que olhemos o passado em paralelo com o agora. Ainda temos muito a se construir. Ouvir as corpos oprimidas, para que assim se repense sobre essa nossa posição na hierarquia de saberes e que quebreemos, juntas, esse estigma imposto do que é ou não um corpo normativo. Do que é ou não, ser mulher. Carla Akotirene em suas pesquisas sobre Interseccionalidade tece um pouco sobre o tema. Diversas são as corpos e muitos seus lugares de existência. Para Butler, 2003: “Não podemos questionar seriamente qualquer sistema de poder ou dominação - incluindo aquele que organiza o conhecimento - sem também questionar a produção de gênero, pois o gênero é uma maneira fundamental pela qual o poder se manifesta.”. Dentro deste debate outros marcadores como o de raça e o de classe acabam por se interortar quando trabalhamos sobre a loucura e corpos femininos. Pensando na branquitude, por exemplo, ela acaba por se colocar como um tema muito importante para pensarmos sobre a loucura. A priori, quais eram os corpos ditos loucos em nossa sociedade? Quais corpos eram encarcerados em hospícios? E pensando hoje, quais corpos seguem

hospitalizados para além de seus muros, também? Os corpos às margens: em sua maioria mulheres, negras (os), migradas(os) e pobres, assim como corpos LGBTQIAPN+. Assim concluiu-se que a interseccionalidade como caminho de implosão dentro da pesquisa permite a problematização de categorias naturalizadas e a discussão de privilégios e silenciamentos que também estão presentes nas práticas feministas, acadêmicas e ativistas. Além disso, buscou-se aqui contextualizar os debates sobre liberdade considerando o contexto sócio-histórico brasileiro, seu recente passado escravocrata, a naturalização do racismo e as profundas desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade. Que construamos juntas um novo olhar sobre a tal “loucura feminina”, compreendendo que a busca pelo avanço da saúde mental deve ocorrer dentro de uma abordagem abrangente e interseccional, que considere as diversas manifestações de opressão presentes e como elas se interligam com o sofrimento psicológico e suas consequências.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BUTLER, J. (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

CHESLER, P. **Women and madness**. Garden City, NY: Doubleday, 1972.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, Gênero Feminino: As Mulheres do Juquery na São Paulo do Início do Século XX. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9 n18, p.121-144, ago.89/set.89.

DERRIDA, Jacques, Géopsychanalyse and the rest of the world (1981), em *Psyché. Invention de l'autre* (1987), París, Galilée, 1998, p. 328, Géopsychanalyse and the rest of the world (1981), em *Psyché. Invention de l'autre* (1987), París, Galilée, 1998, p. 328

GONZALEZ, Lélia. 1988a. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. Brasileiro (Rio de Janeiro), n. 92/93: 69-82.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovaris. “Para pensar a Cisheteronormatividade na Psicologia”. *Periódicus*, Salvador, v. 5, n. 1, p. 132-153, maio/out.

2016. Disponível em Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revista-periodicus/article/viewFile/17181/11338> Acesso em 25/02/2022.

MATTOS, Amana; XAVIER, Giovana. “Activist research and the production of non-hegemonic knowledges: Challenges for intersectional feminism”. *Feminist Theory*, New York, v. 17, n. 2, p. 239-245, 2016. Disponível em <https://doi.org/10.1177/1464700116645880> Acesso em 07/03/2022.